

# A GEOGRAFIA ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE AROLD DE AZEVEDO E MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Leila Barbosa Costa\*

Maria Adailza Martins de Albuquerque\*

## Introdução

Analisar a produção geográfica escolar presente de várias formas e com diferentes abordagens, requer um conhecimento que compete ao Ensino de Geografia. A propósito dessa temática, foi desenvolvida uma análise criteriosa da publicação ginásial e colegial dos professores Aroldo de Azevedo e Manuel Correia de Andrade. Também tem sido realizada uma articulação em estudar a história da educação, propriamente, a história da Geografia enquanto disciplina escolar, dando ênfase à década de 1960, considerando o contexto político, social e econômico. Esse período é estratégico para nortear o nascimento de uma nova corrente de cunho denunciativo, ao apontar a situação de abandono das políticas públicas de base, tais como: reforma agrária, moradia, saúde, educação e garantia de emprego.

Essa proposta de trabalho, aqui explicitada, está vinculada a uma pesquisa que tem um histórico recente no país, sendo iniciada a partir da década de 1980, tendo os trabalhos de Oliveira<sup>1</sup> et al (1984), Freitag (1987), Vlach (1991), Bittencourt (1993), Albuquerque (2004) como referência pedagógica, histórica e geográfica ao nomear o livro didático e a política educacional a ele associada como objeto de investigação. Para esses e os demais estudiosos do tema, é necessário considerar a legislação e outros documentos oficiais, a fim de alcançar um diagnóstico mais apurado, independente da abordagem científica a ser feita.

Temos por objetivo contribuir com a pesquisa sobre Ensino de Geografia e livros didáticos; resgatar as principais fontes, curricular e documental da década de 1960, fazendo uma relação paralela com os manuais escolares selecionados, bem como disponibilizá-las para pesquisas posteriores; e comparar as edições encontradas dos compêndios, de Aroldo de Azevedo, Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette, com as anteriores.

É evidente, no espaço acadêmico, a escassez de propostas de pesquisas como esta, cujo desígnio é problematizar o conteúdo geográfico do manual escolar, e saber quais são as proporções que assumem no espaço educativo e da coletividade. A fim de que essa

---

\* Universidade Federal da Paraíba – Mestranda em Geografia

\*Universidade Federal da Paraíba – Professora Doutora do Centro de Educação

<sup>1</sup> OLIVEIRA, João Batista de; CASTRO Cláudio Moura; BOMENY, Maria Helena; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; PLUCIENNIK, Moisés Aron; LAGANA, Lizzie *apud* Freitag (1987).

investigação contribua com a produção geográfica escolar é pertinente considerar o pensamento de Galvão e Batista (2003, p. 168) os quais dizem que “O livro escolar, ao ser pesquisado em qualquer momento de sua história, deve ser problematizado. Um dos maiores riscos das pesquisas que o analisam [...] é de realizar um trabalho de natureza predominantemente descritiva.”

Ainda afirmam estes autores sobre a pesquisa em manuais escolares:

O livro escolar é um objeto pouco valorizado: Considerado efêmero e pouco digno de catalogação e guarda. Os livros escolares são mercadorias perecíveis, perdendo o valor de mercado quando há mudanças nos métodos ou programas que fixam sua prescrição ou quando fatos atuais impõem modificações em seus conteúdos. Cada edição é um texto novo, tão importante quanto os anteriores. No caso brasileiro, depara-se com a ausência de acervos específicos de manuais escolares o que gera um sobre-esforço em acervos não especializados, onde não estão catalogados [...]. Mesmo nos exemplares localizados, faltam referências quanto ao número e à data das edições, além daqueles que estão danificados. (2003, p.172 e 175)

Essa precariedade e descuido quanto à valorização deste objeto cultural pode ser a causa de muitos pesquisadores não terem se interessado pelo tema, devido à dificuldade de acesso as obras e as condições que se encontram as mesmas, sobretudo as mais antigas. Choppin *apud* Galvão & Batista diz que:

[...] O pouco interesse, durante tanto tempo demonstrado pelos pesquisadores, pelo livro escolar decorre da dificuldade do acesso às coleções, à sua incompletude e dispersão: aparentemente paradoxal, ‘devido a grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada’. (2003, p.8).

É importante destacar a iniciativa de alguns pesquisadores da USP<sup>2</sup> e da UFPB, na tentativa de catalogar e resgatar estas obras, que constituem uma verdadeira documentação quanto à constituição das disciplinas escolares. A orientadora deste trabalho, Maria Adailza Martins de Albuquerque, vem desenvolvendo junto ao grupo de pesquisa “Educação, Ciência

---

<sup>2</sup> Banco de Dados LIVRES – Livros Escolares Brasileiros (1810-2006). Integrado à rede EMMANUELLE, Banco de Dados criado por Alan Choppin, pesquisador do INRP (Institut National de Recherche Pédagogique da França) e ao MANES (Espanha).

e Sociedade”, os projetos intitulados: Contribuições dos livros didáticos de Geografia para a disciplina escolar (séculos XIX-XX), nessa perspectiva têm trabalhado com os Documentos Curriculares (nacionais, estaduais, municipais) e legislação sobre estes livros didáticos.

## 1. Fundamentação Teórica

A Geografia Escolar, no Brasil, é iniciada a partir da obra publicada pelo padre Manuel Aires de Casal *Corografia Brasílica*, pois apesar desta obra não ser escolar serviu de referência para muitos autores de livros didáticos. Nessa época, as publicações escolares eram importadas dos países europeus como França, Portugal, Alemanha, etc. Eles eram livros alheios à realidade brasileira tendo que ser traduzidos para o uso escolar. Com a criação do colégio Pedro II e a vinda de Delgado de Carvalho para o Brasil, o ensino de Geografia se modernizou. Delgado de Carvalho publicou o livro *Geografia do Brasil* em 1913. A partir deste vieram outras publicações. Uma importante publicação foi a de 1925, cujo título é *Methodologia do Ensino Geographico*. Esse autor é contemporâneo de Aroldo de Azevedo.

Nessa época se fazia uma Geografia tipicamente nacionalista, em que os livros didáticos traziam mensagens de exaltação ao Brasil. Andrade (2006) ainda acrescenta sobre isto:

No curso complementar que chama 1º grau eu fui aluno de Mário Lacerda de Melo, excelente professor, indicou um livro clássico Geografia econômica, política e social de Delgado de Carvalho ao lado de outro Geografia humana de Josué de Castro eu li no ensino médio, mas que pode ser utilizado até hoje e guardadas as anotações. Aí foi que eu vi a importância de Delgado de Carvalho.[...]. Ele tinha um livro Metodologia do conhecimento geográfico. Ela, a Geografia, contribuía para desenvolver o sentimento da nacionalidade. No fundo ele era nacionalista.[...] seguiu esta linha paralela até 30 e 40. (Manuel Correia de Andrade-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Em contrapartida, a linguagem dos livros de Delgado era mais complexa, o que fez com que os livros de Aroldo de Azevedo se tornassem mais populares com sua linguagem mais acessível. Andrade (2006) também faz um comentário sobre este aspecto:

Na parte de divulgação Delgado de Carvalho ele perdeu muito espaço para Aroldo de Azevedo. Aroldo de Azevedo escrevia em linguagem bem mais

acessível, bem mais compreensível. [...] embora ele se apresentasse como professor de Geografia, ele chegou a participar de um curso superior de Geografia que era pioneiro no Brasil realizado no Rio de Janeiro. [...] Delgado sobrou, foi ensinar Geografia e História. Ficou ensinando Geografia e História. Ele era contratado e desenvolveu uns estudos de geopolítica. [...] Na época havia um combate muito grande a geopolítica, dizia que era uma ciência utilizada pelo nazismo por Rittler, porque ela desenvolvia a ideia do espaço vital alemão [...]. Precisa se ver para onde se leva a matéria. (Manuel Correia de Andrade-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

A partir da década de 1950, Aroldo de Azevedo ganha o mercado dos livros didáticos e aparecem novas figuras no cenário do ensino de Geografia, tais como o professor Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette. As publicações destes autores e daquele caminham paralelamente juntas até a década de 1970. Em seguida, com o falecimento de Aroldo de Azevedo, restam de maior significância, as publicações de Manuel Correia de Andrade e Hilton Sette. Também podendo ser encontrada as obras escolares de Moisés Gicovate.

## **2. Uma breve discussão sobre livro didático**

Para discutir o livro didático, mesmo que de forma sucinta, precisamos compreender a sua história política no país, bem como a sua conceituação e os principais teóricos que trabalham com esta investigação. Como aponta Oliveira *apud* Freitag, o livro didático recebeu o seu primeiro conceito formal no Brasil, na década de 1930, através da Lei nº 1.006:

O decreto Lei 1.006 de 30/12/1938, define pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático. “ Art. 2º, § 1º - Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º - Livros de leitura de classe são os livros usados para a leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.” (OLIVEIRA, A.L., 1980, p.13 *apud* FREITAG 1987, p.6).

Na escola brasileira do século XIX até início do século XX, os livros didáticos eram estrangeiros, ou seja, eram elaborados em países europeus e traduzidos para uso nas escolas. Uma comissão de profissionais era encarregada pelo governo de examinar e julgar estes produtos de aculturação, sendo indicados em seguida aqueles que deveriam ser traduzidos.

Como podemos ver a história do livro didático é marcada por um controle tanto político como ideológico. Albuquerque (2007) explica que com o surgimento da Geografia Marxista nos anos 1970, foram desenvolvidas pesquisas que tinham como centro de suas análises a denúncia dos conteúdos dos livros didáticos.

Existia, portanto uma série de denúncias dos conteúdos dos livros didáticos. Em geral, os textos publicados nesse período quase todos são textos de denúncia, do ponto de vista ideológico que estes livros traziam. Foram feitos inclusive algumas análises específicas de cada livro. Tem alguns temas que são únicos sobre as publicações de livros didáticos que correspondem exatamente a essa questão, exemplo disso é o livro “as belas mentiras dos livros didáticos”, então sempre esta perspectiva de denúncia. Não existia uma pesquisa que relacionasse os conteúdos acadêmicos com as abordagens pedagógicas e de uma determinada área com a produção escolar. (ALBUQUERQUE. Palestra: Contribuições dos livros didáticos de Geografia à disciplina escolar (séculos XIX-XX) e Documentos Curriculares. Seminário do grupo de pesquisa: Ciência, Educação e Sociedade, 2007).

Os especialistas na pesquisa sobre o livro didático tem mostrado sobre a necessidade de pesquisar este “artefato cultural” como resultado da memória e testemunho da educação de uma determinada época. Freitag (1987) compara a pesquisa que vem sendo desenvolvida no Brasil com a de outros países do mundo, onde há uma participação da sociedade no processo de elaboração do livro escolar.

Trabalhos engavetados poderiam ser utilizados na tentativa de aproximar os grupos sociais envolvidos nessas pesquisas, tais como, cientistas, pedagogos, licenciados, técnicos do governo, representantes de editoras, funcionários do governo, associações de pais, união de estudantes, da discussão sobre o livro escolar, o seu histórico e as políticas que o envolvem. Desta forma, teríamos uma outra educação, bastante fortalecida frente a desvalorização atual e a pouca credibilidade do ensino brasileiro.

### 3. Um panorâma da educação na década de 1960

A educação anterior a 1950, sobretudo, os programas escolares do ensino secundário, estavam referenciados no que estabelecia o Colégio Pedro II. A partir desta data foram instituídas duas portarias do Conselho Nacional de Educação para regular o ensino, entretanto, a escola não havia perdido o elo com o citado colégio. A partir de 1961, as decisões educativas passaram a ter como diretriz e base a Legislação Brasileira de Educação nº 4.024 de 20/12/1961.

O ensino, em prosseguimento a educação primária, era chamado de ensino médio ou curso de grau médio, sendo constituído dos cursos secundário, comercial, normal, industrial e agrícola. Todos esses tipos de ensino eram formados por dois ciclos, o primeiro ciclo era chamado de curso ginásial, formado por quatro séries, e o segundo ciclo era chamado curso colegial, formado por três séries.

O currículo tanto ginásial como colegial eram constituídos de disciplinas obrigatórias e optativas. A Geografia compunha o leque das disciplinas obrigatórias, considerada básica e nacional, tal como as disciplinas de história e de português. A Geografia era estudada em cinco séries, sendo três no ciclo ginásial e duas no ciclo colegial. Existia ainda o exame e o curso de admissão como forma de avaliação do ensino primário e ingresso ao ensino ginásial.

Foi instituída, nessa ocasião pelo Conselho Federal de Educação, um currículo oficial, porém ainda nesta época o colégio Pedro II era referência para o ensino, tal como publica Fontoura: “**Exemplo de currículos novos** - Acreditando que possa ser de utilidade, a título de sugestão, para outros colégios, publicamos abaixo a cuidadosa organização dos currículos, elaborada pelo Colégio Pedro II” (1965, p.257). Nas páginas que seguem o texto desse autor, ele apresenta três tipos diferentes de currículos para o ciclo ginásial e colegial elaborados pelo Colégio Pedro II.

Fontoura (1965) ao comentar os artigos 11, 12 e 13 da LDBN de 1961, sobre os sistemas de ensino diz, com duplo título: *Autonomia dos sistemas de ensino e Liberdade para os livros didáticos*:

Magníficos esses três artigos, que, em seu conjunto, representam uma nova alvorada para a educação em nossa pátria. Eis o que estabelecem, em sua simplicidade: 1º) fica o ensino brasileiro liberto da ditadura do poder central; 2º) os estados conquistam sua autonomia, que, determinada pela constituição de 1891, era até hoje letra semimorta, pois não há autonomia sem liberdade de educar; 3º) a União só terá ação executiva na medida em que os estados forem deficientes, 4º) Estabelece-se, pela primeira vez na história

educacional brasileira êsse tríplice ideal da variedade de cursos – flexibilidade de currículos – articulação de diversos graus e ramos, há tantas dezenas de anos reclamado pelos educadores patricios. (1965, p.116).

Como percebemos, esta década de 1960, foi marcada pela aprovação legal de mudanças que antes eram reclamadas pelo povo brasileiro. Também houve uma mudança no que se refere a distribuição dos recursos financeiros do governo para a educação, tal como mostra Fontoura (1965: 433) por meio das figuras:

A distribuição dos fundos nacionais para a educação<sup>3</sup>

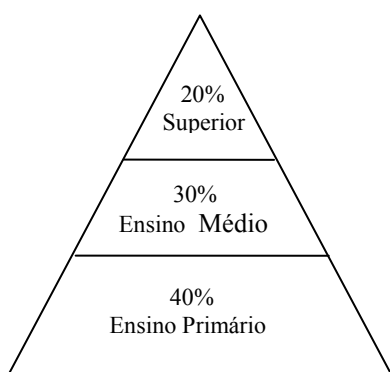


Figura 1: Como deveriam ser distribuídos os recursos pelos 3 graus de ensino

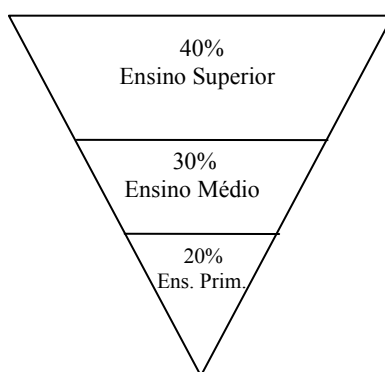


Figura 2: Como vinha o governo incompreensivelmente distribuindo esses recursos

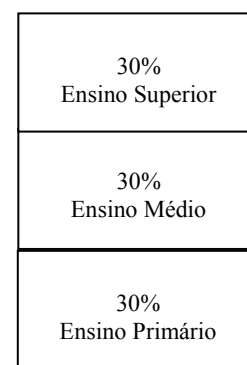


Figura 3: Como passaram a ser distribuídos esses recursos de acordo com a lei de Diretrizes e Bases.

Entretanto, este professor e profundo conhecedor da realidade de seu tempo, mostra que esses recursos não foram suficientes para atender ao ensino primário e médio. O autor argumenta que o percentual de alunos primários representava 86,5%, sendo 12,3% o percentual de alunos do ensino médio e apenas 1,2% de alunos do ensino superior. Portanto, a escola básica brasileira estava precisando de investimentos urgentes a fim de resolver os problemas do ensino.

#### 4. VIDA E OBRA DE AROLDO DE AZEVEDO

A história de Aroldo de Azevedo como geógrafo se inicia em 1936, quando ingressou no curso de Geografia e História na Faculdade de Ciência e Letras, hoje USP, ele se

<sup>3</sup> De acordo com Fontoura (1965: 433) de um total de 100%, 10% atendiam as despesas administrativas e os 90% restantes seriam destinados para essa distribuição dos graus de ensino.

formou no ano de 1939, e se torna professor da USP em 1940, aos 30 anos de idade. Seu professor orientador foi o francês Pierre Monbeig.

Aroldo de Azevedo teve grande importância para a Geografia brasileira. Segundo Lecione (2006) foi o primeiro pensador a discutir a rede urbana do ponto de vista histórico, ainda na década de 1950. Foi também presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1945, e criou as seções regionais. Também teve um significativo papel na Geografia Escolar. Produziu livros didáticos desde a década de 1930 até a década de 1970. Ainda afirma Lecione como resultado de sua pesquisa:

Perguntamos a seus alunos: Aroldo de Azevedo era um pesquisador ou era um grande professor? Como é que você citaria a figura dele. Eles disseram: Acima de tudo ele era um grande professor mais que pesquisador. Ele é autor de livros didáticos que marcaram várias gerações, inclusive a minha e todos vocês da mesa e grande parte dos jovens, da década de 50 e 60 usaram no Brasil todos seus livros. Para se ter uma idéia da dimensão da importância desses livros basta ver que de 36 a 75, ou seja, quase 40 anos, 39 anos, um único livro, o mundo que nos rodeia, que era para quinta série, vendeu 12 milhões de exemplares. O que significa que estes 12 milhões. Você tá pensando num período que é de 36 a 75 que a maioria da população não freqüentava o ginásio, apenas fazia até a quarta série. Então esses 12 milhões têm um significado relativamente maior. (Sandra Lecione-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

A professora da UFPE Marlene Maria da Silva (2006) argumenta que o ensino de Geografia que se fazia na época era bastante diverso daquele proposto nos livros do professor Aroldo, visto que, as aulas eram ministradas por engenheiros, seminaristas, médicos e professores com formação em nível médio. Desta forma, a Geografia tinha os seus conteúdos reduzidos a memorizações.

[...] Os livros didáticos do professor Aroldo de Azevedo refletem a Geografia acadêmica, a Geografia científica que se fazia naquela época. Eles eram sub utilizados ou mal utilizados nas escolas pela falta de conhecimento, de formação, de pensar geográfico dos professores encarregados de ministrar esta disciplina nessas escolas. [...] Os livros do professor Aroldo de Azevedo



eles mostram, eles atestam esta fusão entre o professor e o pesquisador que ele era, porque ele tem obras importantes. Ele sempre estava pesquisando e publicando periodicamente. (Marlene Maria da Silva -Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Esta pesquisadora cita algumas das mais importantes publicações científicas que Aroldo de Azevedo desenvolveu, tais como: Suburbios orientais de São Paulo publicado em 1945; Regiões e paisagem do Brasil 1952; Vilas e cidades do Brasil Colonial 1956; O Brasil, a terra e o homem em 1964. Além de vários outros trabalhos coordenados por ele. Marlene Maria da Silva ainda diz sobre suas publicações escolares:

Outra característica de seus livros era o incentivavo a pesquisa, porque quando se folheia um destes livros, a exemplo da Geografia Física ou da Geografia do Brasil encontra-se no final de cada capítulo, há uma indicação de bibliografia contendo inúmeras referencias de livros que o professor Aroldo de Azevedo indicava pra leitura àqueles que utilizavam seus livros. [...] Não se pode tratar colocar no mesmo nível os livros didáticos do professor Aroldo de Azevedo e o ensino da Geografia da época em que estes livros foram amplamente utilizados, ou seja, as décadas de 1950, 1960 e talvez ainda 1970. (Marlene Maria da Silva -Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Segundo Lecione (2006) a casa em que ele viveu com a sua família foi tombada pelo patrimônio histórico, dada a importância política dos Azevedos para a história paulista como testemunho de uma época. A professora ainda fala sobre a tradição conservadora a que estava submetido o professor Aroldo, tal como no texto abaixo:

Aos 30 anos ele já era professor da USP, e o interessante é mostrar a tradição dessa universidade pra compreender até alguns elementos da própria tradição e conservadorismo do seu pensamento. As aulas, os alunos eram obrigados a assistir de terno. A liberdade era usar ou não gravata. Mas o terno para os homens era obrigatório e as mulheres jamais poderiam estar de calça comprida, só era permitido o uso de saís. Todos os alunos eram chamados de senhor e na maioria das vezes pelo sobrenome, não pelo nome. Ele surge

como uma liderança na Geografia que é expresso no cotidiano do departamento, naquela época ele era chamado de diretor de seção, a Geografia e História eram juntas. (Sandra Lecione-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Podemos perceber que o professor Aroldo fez e viveu a Geografia de seu tempo. Lecione fala de uma série de transformações que a universidade brasileira passou, no final dos anos 60 e início dos anos 70, e explica que Aroldo já estava aposentado não vivendo como professor em exercício esse contexto de mudanças:

Então, ele não vive esse momento dessa transformação da faculdade. Ele não viveu também o fim das cátedras. [...] Ele também não viveu uma grande mudança, que era um olhar dirigido para a França e o fascínio passa a ser pelos EUA. O Aroldo de Azevedo não vive esse período. Ele não viveu também a instituição das disciplinas semestrais. As disciplinas eram anuais. E nem viveu a pós-graduação nos moldes como ela é hoje, pois ela é constituída na USP em 1971 nos moldes modernos. (Sandra Lecione-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Vlach (2004) também confirma estas informações a respeito de Aroldo Azevedo. A mesma diz que o imobilismo científico da “escola francesa de geografia” se manifestou nas suas posições. Ainda afirma que o mesmo foi caracterizado pelo alheamento político tal como Vidal de La Blache na França (p.215).

## **5. VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**

Escrever sobre a vida deste notável pesquisador, adjetivo que a ele se refere Semira Adler Vainsencher<sup>4</sup> (2007), demanda uma prazerosa responsabilidade e ao mesmo tempo um sentimento de incompletude dada a diferença de geração e pouco tempo de convivência com este grande estudioso da questão brasileira, sobretudo do Nordeste. Entretanto, não é muito difícil encontrar quem não o conheça e traga na memória algo a dizer sobre ele.

---

<sup>4</sup> Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco cujas informações foram encontradas no site [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br).

Em pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba encontramos, por acaso, Waldice Porto, 76 anos 1ª secretária do IHGP, com formação em direito. Quando perguntamos à funcionária a respeito das publicações escolares de Manuel Correia, a mesma participa do diálogo e diz entusiasmada que aquele nome não lhe era estranho, pois havia pesquisado nas obras dele sobre estrutura fundiária. Afirmamos, porém, que sua marca não se limita à questão agrária. Escritor de mais de cem livros, geógrafo, historiador e cientista social, este autor tinha autoridade para confirmar o que escrevia com a sua própria história de vida. Em relação à educação, foi autor de livros didáticos para o ginásio, desde os anos 50, e passou pelo ensino médio como professor de Geografia e História nas instituições Vera Cruz, Padre Félix e Americano Batista, como podemos ver na citação abaixo:

Em 1952, contrariando um antigo desejo de seu pai, Manoel Correia passa a se dedicar inteiramente ao ensino médio. Começa lecionando Geografia do Brasil e História, nos colégios Vera Cruz, Padre Félix e Americano Batista. Ensina também Geografia Física, na Faculdade de Filosofia do Recife; Geografia Geral, no Colégio Estadual de Pernambuco; e Geografia Econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). (VAINSENER, 2007).

Manuel Correia de Andrade, nasceu no interior de Pernambuco em 1922, na cidade de Vicência, no Engenho Jundiá, cuja propriedade pertencia a seus pais, Joaquim Correia Xavier de Andrade e Zulmira Azevedo Correia de Andrade. Em entrevista concedida a Revista Teoria e Debate, o autor responde da seguinte maneira a pergunta realizada por José Correia Leite “A sua obra é em grande medida voltada para a questão agrária. O senhor considera o principal problema do Brasil?”:

Eu nasci num engenho de açúcar, em Jundiá, a mais de cem quilômetros do Recife, numa família relativamente abastada e convivi com trabalhadores rurais, numa certa intimidade que há no campo. Eu ficava chocado porque aqueles meninos da minha idade não iriam ter oportunidade na vida, e eu, filho de um senhor de engenho, iria. Isso me causava um impacto muito grande. Por que uns tinham e outros não tinham direito? E entre aqueles meninos, uns eram ignorantes, mas havia alguns que tinham uma inteligência muito acima do normal. Quando eu fui estudar no Recife, ao voltar de férias todo ano, ia notando que aquela camaradagem ia

desaparecendo. Eu procurava explicação para isso. E isso contribuiu para que eu me preocupasse com o problema agrário. E depois cheguei à conclusão, por meio de leituras, que a questão agrária era o problema fundamental do Brasil. Isso determinou toda essa minha contribuição.

(Teoria e debate, Nr. 45. Jul/set 2000).

Em 1945, Manuel concluiu o curso de Direito, pela [Faculdade de Direito do Recife](#), e em 1947, o curso de Licenciatura em Geografia e História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, também no estado de Pernambuco. Na época esses dois cursos eram estudados juntos. Manuel passou a se interessar pela Geografia ainda no ensino escolar a partir dos livros de Aroldo de Azevedo e de Delgado de Carvalho.

Observa-se que desde as décadas de 1950, Manuel vinha produzindo, textos acadêmicos e escolares, dando uma maior ênfase a agricultura nordestina. De acordo com essas informações, o seu primeiro livro didático data de 1952, constituindo o curso ginásial desta referida década chegando até 1957, com a publicação seqüencial da 3ª série, 1ª série, 2ª série, 4ª série todas voltadas para a Geografia do Brasil.

Conforme a sua entrevista na revista Teoria e Debate (2000), as principais influências nos estudos dele são os seguintes autores: Joaquim Nabuco, Josué de Castro, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Marx, Engels, Kautski, Luxemburgo, Trotski, Lênin, etc. Entre os autores pernambucanos está Orlando Valdeverde, Vasconcelos Sobrinho, Amaro Quintas, Mário Lacerda de Melo, Gileno de Carli, Gilberto Ozório de Andrade, Barbosa Lima Sobrinho, Sílvio Rabelo, Olívio Montenegro, Estêvão Pinto, etc.

Manuel Correia teve uma atuação política nos seguintes partidos: PCB, por alguns meses durante a década de 40; em seguida foi do PSB até 1965, ocasião em que o golpe militar de 1964 dissolve o partido; foi do MDB e PMDB, no qual ficou afiliado até a sua morte, de acordo com Fernando Coelho (2007) em palestra na Fundação José Américo. Entretanto apoiou Lula nas eleições independentemente do partido a que estava coligado, como o próprio diz: “Mas é uma filiação só formal porque eu não sigo orientação, tanto que apoiei Lula abertamente em todas as suas candidaturas a presidente”. (Teoria e debate, Nr. 45. Jul/set 2000).

Foi presidente da AGB de Pernambuco, participou da política do governador Miguel Arraes como superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos. Foi preso e processado em 1944, sendo anistiado com a queda do Estado Novo em 1945. Seu livro *A Terra e homem no Nordeste* foi considerado subversivo em 1964. Foi preso novamente

naquele ano, pelos militares, por ter colaborado no governo de Arraes. Ficou detido durante quatro meses e foi para o exílio na França, retornando ao Brasil em 1968. De acordo com a Fundação Joaquim Nabuco, recebeu vários títulos, entre eles, os de Doutor Honoris Causa, como homenagem das universidades UFRN, UFAL, UFSE e ainda pela Universidade Católica de Pernambuco.

Manuel Correia se preocupava muito com a prática dos professores de Geografia. O relato abaixo demonstra um pouco de sua indignação com o tipo de educação que é repassada para os estudantes.

Uma vez eu tive uma decepção muito grande quando cheguei na minha cidade no interior conversando com a professora de Geografia. Como vão os alunos nesta matéria? Eles vão muito ruim. Mas por quê? você calcula que eles não sabem quais são os afluentes da margem direita do rio Amazonas. Aí me diga uma coisa por que eles não estudam as do afluente do Siriji? Não, por que o sirigi não tem importância.[...] Nós temos que valorizar primeiro o ensino do Nordeste. (Manuel Correia de Andrade-Palestra realizada em novembro de 2006 na UFPE durante o III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza).

Diante do exposto, percebe-se um tipo de geografia tradicional, nos moldes daquela praticada pelos professores da década de 1950 e 1960, em que os alunos tinham que memorizar nomes de rios, mares, cidades e outros componentes da geografia sem ao menos refletir a realidade que o cercava.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizo este trabalho refletindo a missão que temos como cidadãos, pesquisadores e professores de continuar o trabalho que muitos antes de nós já começaram, ou seja, contribuir com a ciência da educação.

Seria necessário, portanto, o aumento de pesquisas relacionadas ao livro escolar, bem como uma articulação de todos os agentes envolvidos nesse processo, desde a decisão do compêndio a ser adotado nas escolas até o uso deste como material didático, tendo o educador o direito essencial de ser ouvido, tal como colocou o professor Manuel Correia. Desta forma, se faria bom uso do investimento público.

## 7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Contribuições dos livros didáticos de Geografia à disciplina escolar (séculos XIX-XX) e Documentos Curriculares**. Seminário do grupo de pesquisa: Ciência, Educação e Sociedade. UFPB, João Pessoa, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia. Palestra realizada no **III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza**. UFPE, Recife, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil**. 30ª ed. São Paulo, Editora do Brasil, 1969.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil – Nordeste**. 30ª ed. São Paulo, Editora do Brasil, 1970.

AZEVEDO, Aroldo de. **O Brasil no Mundo**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.

AZEVEDO, Aroldo de. **Regiões e paisagens do Brasil**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1954.

AZEVEDO, Aroldo de. **O mundo em que vivemos**. Primeira série ginásial. Companhia Editora Nacional. 2ª edição. Coleção: O Brasil e o mundo. São Paulo, 1965.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Humana do Brasil**. Terceiro ano do curso colegial Companhia Editora Nacional. 22ª edição. São Paulo, 1959.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Física primeiro ano colegial**. Companhia Editora Nacional. 39ª edição. São Paulo, 1961.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Geral primeira série ginásial**. Companhia Editora Nacional. 176ª edição. São Paulo, 1961.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Geral segunda série ginásial**. Companhia Editora Nacional. 150ª edição. São Paulo, 1961.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Lei nº. 8.629, 25 de fevereiro de 1993. In. [www.pge.sp.gov.br](http://www.pge.sp.gov.br).

BITTENCOURT, Circe Maria F. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In. OLIVEIRA, Marcus A. T. De e RANZI, Serlei M. Fischer. (Orgs). **História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate**. São Paulo, CDAPH, 2000.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wandely Ferreira. “O histórico do livro Didático no Brasil”. In. **O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil**. Brasília, INEP, 1987.

FONTOURA, Amaral. **Legislação Brasileira de Educação: Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora Aurora, Volume I, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1965.

FUNDAÇÃO JOSÉ AMÉRICO. **A Vida e a Obra de Manuel Correia de Andrade**. Homenagem realizada em 16 de Julho de 2007, João Pessoa.

GALVÃO, Ana M. de Oliveira; BATISTA, Antônio Gomes. Manuais Escolares e pesquisa em História. In. VEIGA, Cyntia G.; FONSECA, Thais Nívia de Lima (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

LECIONE, Sandra. Palestra realizada no **III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza**. UFPE, Recife, 2006.

VAINSENER, Semira Adler. **Manuel Correia de Andrade**. In. [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)

VLACH, Vânia Rubia F. **O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica**. In. VESENTINI, José Willian. O Ensino de Geografia no século XXI. Campinas, Papirus, 2004.